

Determinantes psicossociais para o abuso infantil em uma comunidade ribeirinha do estado do Pará: relato de experiência

Psychosocial determinants for child abuse in a riverside community of Pará state: experience report

Determinantes psicossociales por abuso infantil en la comunidad ríuera en el estado de Pará: informe de experiencia

Jady Barreirinhas Barros^{1*}, Andressa Camila Parente da Cruz¹, Karina Shirlyne Varela Lima¹, Lara da Silva Sales¹, Rosane do Nascimento Rodrigues¹, Bruno Jay Mercês de Lima².

RESUMO

Objetivo: Relatar a execução de uma ação educativa por meio de tecnologias educacionais enfatizando as formas de reconhecimento do abuso infantil, com aplicabilidade para crianças de 6 a 13 anos, em uma comunidade ribeirinha no estado do Pará. **Relato da experiência:** Trata-se de uma ação educativa em uma região ribeirinha no Pará. A construção da atividade foi realizada a partir de pesquisas feitas nas bases de dados, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) e Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciência da Saúde (LILACS), para fomentação da base científica, após isso foi realizado um estudo transversal conduzido com 10 crianças da comunidade por meio da criação e aplicação de um livro infantil ilustrado, onde trazia formas de identificar situações preliminares e até o próprio abuso infantil, atrelado ao cotidiano das crianças e adolescentes. **Considerações finais:** Vale ressaltar a relevância de ações e projetos que atuem na vertente de prevenção de situações que levem ao sofrimento, através de novas tecnologias. Sendo de suma importância para que os conceitos de direito à vida, saúde e bem-estar sejam consolidados.

Palavras-chave: Tecnologia educacional, Educação, Maus-tratos infantis, Direito à vida.

ABSTRACT

Objective: To report the implementation of an educational action through educational technologies emphasizing the forms of recognition of child abuse, applicable to children from 6 to 13 years old, in the riverside community of Urubuóca Island in Belém, PA. **Experience report:** This is an educational action in a riverside region in Pará. The construction of the activity was carried out from research done in the databases, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Virtual Health Library (VHL) and Latin American and Caribbean Health Science Literature (LILACS), to foster the scientific base, after which a cross-sectional study was conducted with 10 children from the community through the creation and application of an illustrated children's book was created and applied, which provided ways to identify preliminary situations and even child abuse itself, linked to the daily lives of children and adolescents. **Final considerations:** It is worth mentioning the relevance of actions and projects that act in the prevention of situations that lead to suffering through new technologies. Being extremely important for the concepts of the right to life, health and well-being to be consolidated.

Keywords: Educational technology, Education, Child maltreatment, Right to life.

¹ Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), Belém-Pará.

*E-mail: jady_barros@hotmail.com

RESUMEN

Objetivo: informar la implementación de una acción educativa a través de tecnologías educativas que enfatizan las formas de reconocimiento del abuso infantil, aplicable a niños de 6 a 13 años, en la comunidad ribereña de la isla de Urubuóca en Belém, PA. **Informe de experiencia:** Esta es una acción educativa en una región ribereña en Pará. La construcción de la actividad se llevó a cabo a partir de investigaciones realizadas en las bases de datos, la Biblioteca Electrónica Científica en línea (SCIELO), la Biblioteca Virtual en Salud (BVS) y Literatura de ciencias de la salud de América Latina y el Caribe (LILACS), para fomentar la base científica, después de lo cual se realizó un estudio transversal con 10 niños de la comunidad a través de la creación y aplicación de un libro ilustrado para niños, que proporcionó formas de identificar situaciones preliminares e incluso el abuso infantil en sí, vinculado a la vida cotidiana de niños y adolescentes. **Consideraciones finales:** Vale la pena mencionar la relevancia de las acciones y proyectos que actúan en la prevención de situaciones que conducen al sufrimiento a través de las nuevas tecnologías. Ser extremadamente importante para consolidar los conceptos del derecho a la vida, la salud y el bienestar.

Palabras clave: Tecnología educativa, Educación, Maltrato infantil, Derecho a la vida.

INTRODUÇÃO

O modo de vida do ribeirinho amazônico apresenta dois grandes espaços culturais, um denominando espaço da cultura urbana que está expressa nos modos de vida das cidades de médio porte e das capitais. Marcado por trocas simbólicas com outras culturas de maneira mais intensas, os equipamentos culturais são em maior número e mais estruturados, as mudanças ocorrem muito mais rapidamente.

O outro denominado espaço da cultura rural que se caracteriza pela profunda relação do homem com a natureza e pela transmissão oral, manifesta-se nos modos de vida típicos do que se convencionou chamar de “interior”, principalmente, no universo ribeirinho (LOUREIRO JJP, 2000)

O ribeirinho amazônico possui um modo de vida peculiar, integrado pela agricultura e extrativismo vegetal e animal, vivendo em função das florestas e dos rios. O rio que ao mesmo tempo cria vínculos e isolamentos entre as pessoas dessas populações. A presença constante da mata e dos rios, o vai e vem das marés, o distanciamento dos vizinhos, constituem aspectos do cenário onde as comunidades das Ilhas desenvolvem um modo de vida típico da cultura amazônica ribeirinha, mesmo estando tão próxima a capital (TEIXEIRA SR e ALVES JM, 2008).

Os povos ribeirinhos amazônicos são comunidades vulneráveis, por muitos fatores, entre eles, o isolamento, o modo de agir, ser e viver. O que também os diferencia dos demais, são ainda individualizados e segregados pela “sociedade urbana”; marcaram suas trajetórias às margens dos cursos de água, fauna e flora, conhecem os cordões de ilhas de forma detalhada e deles sustentam-se; os rios fazem parte de sua realidade e raramente deles se afastam. Entre os caboclos ribeirinhos e a Amazônia há uma relação de vida, exaustiva, dificultosa, de comando e adequação (TEXEIRA E, et al., 2011).

As comunidades localizadas em torno de rios são marcadas por dificuldades no acesso aos serviços básicos, como por exemplo educação e saúde, grande parte de suas escolas possuem turmas iniciais do ensino fundamental I organizadas de forma multisseriadas, para atender a demanda.

Neste âmbito o professor muitas vezes também acaba exercendo outras funções dentro da escola, mesmo sem o preparo adequado. Vale ressaltar que, para o Ministério da Educação as turmas multisseriadas deveriam ser extintas de forma total, mas devido aos fatores que vulnerabilizam a população ribeira há essa exceção para a região norte (OLIVEIRA JSB, 2014)

"No Brasil, a Constituição de 1988 afirma a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Este direito é reafirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Mais recentemente, o Conselho Nacional de Educação aprovou duas diretrizes específicas em relação à educação do campo: Resolução Conselho Nacional de

Educação (CNE) no 01/2002 que estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, e Resolução CNE no 02/2008 que estabelece as Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento da Educação Básica do Campo. Ambas afirmam o modo próprio de vida da população do campo e expõem diretrizes para a garantia da universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica para a população do campo." (OLIVEIRA JSB, 2014).

Esses déficits existentes na educação dessas comunidades interferem diretamente na qualidade do serviço prestado, tais situações desencadeiam problemas de escalas muito maiores, que poderiam ser evitados ou rapidamente solucionados se houvesse um melhor preparo educacional para essas crianças.

O ambiente escolar é um grande auxiliador no processo de descoberta, acolhimento e enfrentamento, pois as crianças e adolescentes não têm condições maturacionais e psicobiológicas de enfrentamento, transgredindo assim, as normas sociais, morais e legais (HABIGZANG LF, et al., 2011).

O abuso sexual mostra-se de várias formas, por exemplo, o aliciamento sexual, linguagem ou gestos sexualmente sugestivos, uso de pornografia, exibicionismo, carícias, entre outros. E este pode acarretar dano físico e psicológico, ou mesmo de chegar a causar a morte da vítima (ROSA EM, et al., 2016). No Brasil, há uma lei que surgiu para alterar o Código Penal tornando assim, abuso de menores os seguintes casos:

"Qualquer ato libidinoso praticado com pessoas com idade inferior a 14 anos, assim como criminaliza a indução de pessoas com menos de 14 anos a satisfazerem a lascívia de outrem. Lei nº. 12.015, de 10 de agosto de 2009"

Sendo assim, qualquer forma de violência sexual exercida contra essas pessoas será considerada crime, mesmo que a vítima tente provar o contrário por meio de testemunhos, não será o suficiente. Em relação aos efeitos causados no agredido, são os mais variáveis, mas todos dependem da forma como a pessoa vê, recebe e vivencia a experiência o que está relacionado com os fatores culturais e sociais que envolvem o indivíduo. Esses atos de violência sexual têm maior prevalência no âmbito familiar, ou seja, intrafamiliar: no qual inclui pessoas de uma mesma família, com ou sem vínculos consanguíneos (FLORENTINO BRB., 2015).

Esses casos, assim como os casos incestuosos são mais alarmantes que situações onde o agressor é distante, ou seja, extrafamiliar (CARVALHO LS., 2012). O abuso intrafamiliar gera a necessidade de se ter um olhar detalhado sobre os fatores psíquicos, sociais e culturais de cada família e indivíduo. É importante também entender que o abuso infantil é de difícil enfrentamento, pois envolve além de questões protetivas à criança e punitivas para o agressor, requer também apoio terapêutico, atenção integral à saúde, ou seja, física e mental. (DESSEN MA, et al., 2007).

O abuso deixa diversas marcas, muitas vezes insanáveis, podendo apresentar-se tanto físico, social e psicológico. Essa violência sexual tem características de dominação e gera na criança um sentimento de incredulidade perante sua memória, concepções e senso de realidade (NANDA A e WASAN A., 2016).

Deste modo, a forma de intervir nesses casos de abuso infanto-junil ainda é uma das grandes dificuldades do setor saúde, e entre os diversos profissionais que atuam nessa temática, porém é importante que haja a desmistificação do assunto gerando a quebra de tabus (BRASIL, 2018).

Geralmente os casos se determinam por um conjunto de indicadores que identificam o abuso e que podem ser observados pelo profissional, tais como mudança de comportamento, proximidade excessiva, alterações de hábito repentinas e questões físicas, por isso é necessário saber quando e como se deve intervir, pois cada dia que essa vítima passe sofrendo esses abusos maiores são as dificuldades de reverter o sofrimento mental, tendo em vista que saúde mental faz parte do bem estar geral na manutenção da saúde, além dos riscos à saúde física dessas crianças e no comprometimento do seu desenvolvimento.

Dessa forma, o objetivo geral desse trabalho é relatar uma ação educativa por meio de tecnologias educacionais quanto à identificação e proteção dos potenciais vítimas frente casos de abuso sexual infanto-juvenil dentro do contexto daquela comunidade.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Trata-se de uma ação educativa do tipo relato de experiência sobre os fatores biopsicossociais para a ocorrência do abuso infantil em uma comunidade ribeirinha no estado do Pará. A ação educativa foi desenvolvida em uma escola voltada para as crianças dessa comunidade, que se encontra há uma hora da capital do Estado, Belém- PA. A atividade foi realizada em outubro de 2019 no horário de 08:00 às 12:00.

O grupo expositor baseou a construção da atividade por meio de uma pesquisa qualitativa, no qual a interpretação dos fenômenos não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas e foi planejada e executada em vários momentos, sendo estes: a) Escolha da temática que seria abordada, identificando qual a situação problema que necessitava de atenção e intervenção; b) Pesquisa nas bases de dados acerca do tema gerador para formação do referencial bibliográfico que constitui o embasamento teórico de tal; c) Identificação e delimitação da população que objetivávamos alcançar com a ação; d) Escolha da tecnologia que foi utilizada, entendendo que o público-alvo demandava uma intervenção que contemplasse seu perfil etário no que tange linguagem, abordagem e a apresentação física da tecnologia; e) Elaboração e criação da tecnologia; f) Aplicação da tecnologia na localidade onde foi identificada a necessidade de tal intervenção;

A delimitação do tema e da população alvo ocorreu frente a constatação de uma alarmante demanda existente na sociedade no que diz respeito ao abuso infantil, que apresenta um agravante quando analisado no contexto ribeirinho amazônico, tendo em vista a carência de políticas públicas e precárias condições socioeconômicas de tais comunidades. A tecnologia criada foi um livro de historinha ilustrado, que através de um enredo não muito complexo e de linguagem acessível, abordou alguns exemplos das formas de abuso infantil que são mais frequentes, indicadores comportamentais de vítimas deste tipo de abuso, além de trazer à tona a importância da verbalização e denuncia de qualquer tipo de abuso, evidenciando a importância do (a) professor (a) neste processo.

O livro foi formulado pelo grupo executor com intuito levar informação para as crianças ribeirinhas, visto os altos índices de carência no que diz respeito a seguridade social, saúde, educação e bem-estar, e por conseguinte ensiná-las a reconhecer quando e como estão sofrendo os abusos, na tentativa de fortalecer o processo de ruptura do problema desde a base, intervindo logo aos primeiros indícios de um abuso e não somente após a ocorrência, além de apresentá-las aos órgãos competentes e as leis que as amparam, e demonstrar-lhes diversas formas de se acessar a justiça, sensibilizando assim, essas crianças ao empoderamento.

Participaram da ação 10 crianças, sendo 4 meninas e 6 meninos de faixa etária prevalente de 6 a 13 anos, onde estão cursando entre o primeiro (1º/9) e quarto (4º/9) ano do Ensino Fundamental Menor e grande parte deles encontram dificuldade na leitura, o que evidencia uma fragilidade no processo educacional destas crianças. A partir da interação com as crianças, foi possível observar que este foi o primeiro contato destas com o assunto abordado, pois não apresentavam fundamentos básicos sobre a temática, o que gerou uma grande quantidade de perguntas no decorrer da atividade, assim possibilitando uma relação de permuta de conhecimentos entre o grupo executor e os ouvintes.

Após a interação com a leitura do livro, foi feita uma segunda dinâmica, onde foi realizado um quiz de perguntas e respostas sobre a narrativa, na tentativa de mensurar o grau de conhecimento que a tecnologia propiciou para o público alvo, onde obtivemos um retorno positivo, mostrando-nos que o objetivo da ação foi alcançado com êxito. O terceiro e último momento, deu-se através do uso de papel A4 e giz de cera, que foi entregue a cada criança para que esta desenhasse algo que achasse importante compartilhar com a equipe, com objetivo de observar a forma como estas crianças se comportariam e se haveria algum tipo de retratação de abuso ou violência sofrido.

DISCUSSÃO

O estudo revelou que o conhecimento dos participantes da ação é diminuto, o que é resultado da falta de debates e envolvimento das populações vulneráveis no que tange as políticas públicas na Amazônia, além do despreparo de profissionais para atuarem no contexto ribeirinho amazônico, seja na saúde, educação e afins. Segundo, Paixão ACW (2010), sob o ponto de vista social a política de amparo infanto-juvenil em casos

de abuso, se aponta para a fragilidade e pouca eficiência dos sistemas legislativos, judiciários, educacionais, de assistência social e de saúde em prover e promover à infância e adolescência a proteção que lhes é devida.

Outros fatores que contribuem para a incidência desses casos são os fatores culturais que são ainda mais negligenciados, como os casos de incesto. De acordo com, Rosa EM, et al. (2016), no momento em que o pai biológico é o protagonista do abuso sexual contra a criança, apresenta-se uma situação incestuosa, as ligações familiares onde ocorre o incesto são impostas pela inexistência de limites claros, caóticas e onde existe a transformação dos papéis, ao abusar de seu filho e impor sua lubricidade, o pai transgride a lei cultural que proíbe o incesto, traíndo a confiança da criança. Geralmente, nesses casos os pais usufruem do poder derivado de seu papel social para dominar e investigar a vulnerabilidade e imaturidade infantil. Muitas vezes, utilizam requintes de sedução, chantagem e ameaças para atingir seus objetivos patológicos.

Conforme Vieira LJES, et al. (2015), as violências contra esse grupo ampliam-se na medida em que os programas públicos de prevenção e de atendimento são insuficientes, faltam profissionais qualificados para a identificação e para o manejo, além de ocorrer omissão quanto ao cumprimento do arcabouço legal. Diante disso faz-se necessário fortalecer o debate de base e o empoderamento infantil, uma vez que diante de diversas situações a própria criança se torna responsável por pôr um fim as situações de abuso.

A violência sexual apresenta sequelas a curto e longo prazo. Pesquisas apontam que cerca de 60-80% das vítimas de violência sexual apresentam algum distúrbio em curto prazo nos primeiros 2 anos que sucedem o abuso. Dentre as consequências destes distúrbios encontram-se alterações psicológicas, sociais e físicas, como: dificuldades escolares, medo e distúrbios do sono, já a longo prazo, constituem-se como situações mais alarmantes e graves, como depressão e suicídio (ROSA EM, et al., 2016).

Frente a problemática, faz-se extremamente importante a disseminação de informações que visem impactar realidades de modo a produzir mudança significativas na realidade dos receptores destes tipos de ações, pois como defende Matos KJN (2015) o público universitário expressa grande capacidade de multiplicar informações, pois, na universidade, formam-se profissionais capacitados que iram atuar em diversas áreas (Saúde, Educação, Segurança, Justiça), tendo potencial de transmitir e desfrutar as informações aprendidas em diferentes contextos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se a necessidade de estudos semelhantes ao nosso exposto, que atuem como forma de enfrentamento estratégico sobre o risco dessa situação que cerca estas crianças ribeirinhas, a levar informações didáticas leves para construção de uma melhor auto percepção e para melhorar a atuação dos serviços em saúde eficazes na atenção integral a saúde da criança, pois o acesso escasso as informações de prevenção, reconhecimento e atuação efetiva frente a essa realidade fazem com que os pais negligenciem seus filhos vítimas além de fragilizar a auto percepção da criança diante do abuso, o que as torna mais vulneráveis, trazer processos reflexivos na construção de novas modalidades de enfrentamento que levem assistência integral.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Relatório preliminar de monitoramento, acompanhamento e avaliação da implementação das recomendações da revisão periodica univeral. 2018; 69 p.
2. CARVALHO SL. A violência sexual na adolescência: significados e articulações. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012; 174 p.
3. DA PAIXÃO ACW, DESLANDES SF. Análise das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infantojuvenil. Saude e Sociedade, v. 19, n. 1, p. 114–126, 2010.
4. DESSEN MA, POLONIA ADC. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Paidéia (Ribeirão Preto), 2007; 17(36): 21–32.
5. FERNANDA HL, SILVA RSHKM. A Revelação de Abuso Sexual: As Medidas Adotadas pela Rede de Apoio 1 The Disclosure of Sexual Abuse: Adopted Measures by the Support Network. 2011; 27 (4): 467–473.

6. FLORENTINO BRB. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. *Fractal: Revista de Psicologia*, 2015; 27 (2): 139–144.
7. LOUREIRO JJP. (2000). *Cultura amazônica: Uma poética do imaginário*. São Paulo, SP: Escrituras.
8. MATOS KJN, STELKO-PEREIRA AC. Análise Aparente de Tecnologia Educativa para Universitários sobre Abuso Sexual Infantil. *Psico-USF*, 2015; 20 (2): 349–352.
9. NANDA A, WASAN A. Allergic contact dermatitis to balsam of Peru. *Annals of Allergy, Asthma and Immunology*, 2016; 117 (2): 208–209.
10. OLIVEIRA JSB, LUCENA ICR. Alfabetização matemática em classes multisseriadas de escolas ribeirinhas na Amazônia: atuação docente em foco. *Rev. Bras Estud Pedagógicos*. 2014;95(239):87-111
11. PARENTE CDMD. Escolas multisseriadas: A experiência internacional e reflexões para o caso brasileiro. *Ensaio*. 2014;22(82):57-88
12. ROSA EM. A relação entre o processo de construção do juízo moral em crianças e adolescentes e sua propensão a silenciar sobre eventuais abusos sexuais sofridos. 2016; 21(2): 274–286.
13. TEIXEIRA E, et al. Cuidados com a saúde da criança e validação de uma tecnologia educativa para famílias ribeirinhas. *Rev Bras Enferm* 2011;64(6):1003-9
14. TEIXEIRA SRS, ALVES JM. O contexto das brincadeiras das crianças ribeirinhas da Ilha do Combu. *Psicol Reflex e Crit*. 2008;21(3):374–82.
15. VIEIRA LJES, et al. Relatos de gestores da Assistência Social, Educação e Segurança Pública sobre o enfrentamento da violência. *Cadernos Saúde Coletiva*, 2015; 23 (3): 231–238.